

## A interface gênero, educação e trabalho

Maria Emília dos S. Gonçalves<sup>1</sup>

---

### RESUMO

O modo como o Homem produz a satisfação das suas necessidades, reflete na sua existência social. Assim, tomando como base o modo de produção capitalista, busca-se com este estudo analisar a educação e o trabalho feminino neste sistema, que se apropriou e se apropria da condição da mulher para atingir os seus fins. Desta forma, fica evidente que o nível de escolaridade das mulheres melhorou ao longo dos tempos, mas o fosso das desigualdades entre homens e mulheres ainda é muito grande. Sendo que a construção e manutenção da inferioridade feminina começa nos bancos escolares e são reproduzidas no mundo do trabalho determinando assim baixos salários e ocupação de cargos ainda inferiores em relação à formação e experiência.

**Palavras-chave:** Discriminação; Gênero; Educação; Trabalho.

### INTRODUÇÃO

O modo como o Homem produz os meios para sobreviver é o primeiro ato histórico de sua existência. Tanto o animal como o Homem sempre lutaram para a garantia da sobrevivência. O que difere um do outro não está somente na forma como o Homem produz meios para satisfazer suas necessidades, mas principalmente na construção da sua existência social. Pelo modo como o Homem

---

<sup>1</sup> Bacharel em Enfermagem. Professora e Coordenadora de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Eunápolis. Especialista em Formação docente. Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos. Contato: emiliasam2009@hotmail.com.

produz a satisfação da necessidade de comer, beber, vestir, habitar..., o Homem exprime sua vida (Marx e Engels, 1984, p. 15).

Neste sentido, Colao (2006, p.146) analisa que no modo de produção estão contidos não somente as forças produtivas, mas o ser social. Desta forma, da sociedade primitiva à contemporânea, o modo como o homem produz a sua existência determina as relações dos homens entre si, com o trabalho, a educação e a própria natureza de onde ele sempre retirou sua sobrevivência.

O modo de produção capitalista, que é o nosso interesse no momento, começa com a dissolução do feudalismo e teve sua plenitude com a Revolução Industrial, trazendo grandes transformações na relação do Homem com o trabalho, com a natureza e nos vários campos sociais. Catanni (1989, p.17) ao discutir o que é o capitalismo, traz suas características essenciais sob a ótica de Karl Marx, onde se destacam: a propriedade privada, divisão social do trabalho e a troca. No que tange à propriedade privada, as forças produtivas e os meios de produção de mercadoria estão nas mãos de quem detém a riqueza. Por outro lado, aquele que produz a mercadoria não mais tem os meios de produção, tendo somente sua força de trabalho, como fonte de subsistência.

Desta forma, a força de trabalho também se torna mercadoria que é trocada por baixos salários e ainda tem uma parcela significativa do valor apropriado pelo proprietário dos meios de produção. A isto, se dá o nome de mais valia, ou seja, o trabalho excedente e não pago apropriado pelo capitalista na forma de lucro e que não lhe custa nenhum equivalente (Marx, 1983, p.41). O trabalhador trabalha mais e mais, o capitalista produz mais e mais mercadorias aumentando a acumulação de capital, enquanto o fosso das desigualdades sociais aumenta.

Ainda pautada em Marx (1983), quando o Homem satisfaz suas necessidades novas necessidades vão surgindo gerando a produção de novos bens e serviços. Isto leva a divisão social do trabalho que é outra característica do Capitalismo. Mais uma vez o Homem se separa do seu trabalho, visto que na produção de mercadorias o processo é dividido em etapas e cada grupo de trabalhadores realiza uma parte deste processo. No final, com o produto pronto, este se torna estranho para o trabalhador que tem no seu trabalho apenas uma condição para que este produto se torne uma mercadoria e seja trocado no mercado.

A divisão social do trabalho impunha ainda ao trabalhador longas jornadas de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade. A falta de leis que garantissem

o mínimo de direitos levou à exploração da mão de obra infantil e de mulheres. Por um lado, as mulheres que são inseridas no mercado de trabalho cruel com o intuito de ajudar o orçamento doméstico, e por outro lado, os proprietários do meio de produção explorando as características biológicas das mulheres para o trabalho que exigiria maior adestramento, obediência, destreza e docilidade.

A roda do tempo gira e muitas modificações ocorreram ao longo da história. Trabalhadores e trabalhadoras conquistaram direitos que garantiram melhores condições de trabalho e de vida. As tensões entre as classes sociais (burguesia e trabalhadores) modificaram suas faces, mudando também as relações entre os pares. O capitalismo ganha novas configurações nessa sociedade contemporânea, mas ainda continua a utilizar meios para atingir o seu fim. E neste contexto está inserida a mulher. Assim, este estudo busca refletir sobre a condição histórica da mulher, a partir da perspectiva de gênero, tendo como fio condutor a educação e o trabalho. Ao mesmo tempo, fomentar as discussões sobre a discriminação feminina nestes campos sociais. Desta forma, para atingir o objetivo foi realizada pesquisa bibliográfica buscando conhecer e analisar as contribuições científicas sobre o tema.

### **Educação e trabalho feminino**

Bruschini e Lombardi (2001, p.169) chamam a atenção para o fato de as mulheres terem tido grandes avanços na escolaridade. Contudo, tanto no ensino profissionalizante quanto no ensino superior persistem determinados guetos femininos, que também são reproduzidos no mercado de trabalho. Sendo que esta feminização das profissões começa a ser construído nos bancos escolares e promove efeitos perversos para a mulher.

Para Pessis e Martin (2002, p.21-22), nos primórdios quando o homem desenvolve as técnicas de proteção do grupo e de caça, a mulher ficava à parte desse processo de aprendizagem, não porque não lhe fosse permitido, mas por ela estar sempre ocupada com a maternagem, a agricultura e o cuidado com a comunidade.

Com a construção das representações da inferioridade da mulher, a sua educação foi deixada no segundo e terceiro plano. De acordo com Lobato (2001, p. 26) na antiga Grécia as meninas não recebiam qualquer educação formal e aprendiam os ofícios domésticos e os trabalhos manuais com as próprias mães.

Durante séculos a mulher vivia uma dependência ora do pai, ora do marido. Sua educação que era direcionada para o matrimônio, a maternidade e o cuidado da família, ficava legada às mulheres da família ou às amas e escravas.

No Brasil não foi diferente. A educação feminina começa com a primeira escola para meninas fundada pela Companhia de Jesus, onde se mantinha uma educação restrita às boas maneiras, aos afazeres domésticos e à catequese. Vale ressaltar que esta educação pública e em escolas confessionais perduraram até o início do Século XIX, sendo que só as mulheres da elite tinham acesso à escola.

De acordo com Fagundes e Souza (2004, p.17) a partir da Constituição de 1823, começa a formalização da educação feminina, com a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades. As mestras de meninas deveriam ser aquelas que se mostrassem mais dignas e com dotes de costura e bordar, devendo ser avaliadas pelo presidente de cada província quanto aos aspectos de conduta moral. O ensino de aritmética era restrito e a geometria foi excluída. As mestras eram pouco qualificadas e ganhavam menos que os homens.

Desta forma, por ser considerada dotada de pouca inteligência e com capacidade apenas para exercer a maternidade e o cuidado com o lar, há uma naturalização do processo que atribui à mulher o espaço doméstico, não lhe oportunizando acesso aos estudos. Neste sentido, SAFFIOTI (1987, p. 14), analisa que na tentativa de inculcar nos seres humanos a ideologia da “inferioridade” feminina recorre-se, frequentemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. Ora, a ciência já demonstrou suficientemente que a inteligência constitui potencial capaz de desenvolver com menor intensidade, dependendo do grau de estimulação que recebe.

A criação das Escolas Normais, que tem como objetivo formar professores para o ensino primário e secundário aparecem como oportunidade para ampliar o acesso das mulheres ao ensino formal e mercado de trabalho. Assim, em 1835, as primeiras escolas surgiram inicialmente em Niterói e posteriormente na Bahia, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, porém elas não foram muito adiante, em decorrência também de falta de condições e do imprevisto.

[...] O fracasso das primeiras tentativas de se implantar no Brasil a Escola Normal não se devia, entretanto, apenas à ausência de quadros capazes de levar avante a tarefa de qualificação da força de trabalho destinada ao exercício do magistério de primeiras letras. Como as escolas normais, visavam, precipuamente, a qualificação

profissional de quadros para o ensino primário, destinavam-se, de preferência, às camadas pouco privilegiadas, pela fortuna. Estas, num país de alto índice de analfabetismo, não aspiravam a instrução como veículo de ascensão social. [...] Dada à sua natureza propedêutica, o ensino secundário se destinava a quem pretendesse seguir os estudos. Não era esse, obviamente o caso de totalidade das mulheres. [...] (SAFFIOTI 1976, p. 198-199).

A simples abertura de escolas não garantiria a permanência das mulheres na escola e nem o prosseguimento dos estudos. A autora ainda analisa que as mulheres não eram estimuladas a continuar estudando no ensino secundário uma vez que este se destinava àqueles que ingressariam no ensino superior, não sendo, portanto, o caso das mulheres considerando as representações sociais de gênero. Por outro lado, o modo como o ensino secundário estava organizado dificultava a entrada feminina no ensino superior. Aquelas que tivessem o interesse na continuidade dos estudos deveriam prestar um exame, que era realizado inicialmente no Colégio Pedro II (exclusivamente masculino), o que tornava um verdadeiro empecilho para as mulheres ao ensino superior.

Neste sentido, as Escolas Normais se tornam a oportunidade para as mulheres, principalmente da classe média, entrar no mercado de trabalho, mesmo que fosse pelas vias de sua característica biológica, já que o magistério acaba sendo considerado trabalho próprio das mulheres, por ser uma extensão do lar, permitindo-lhes trabalhar em tempo parcial para continuar cuidado da casa, e ao mesmo tempo reforçava as características típicas femininas de boas moças, gentis e honestas. Na construção social das desigualdades entre homens e mulheres, cada um é levado à profissão mais “adequada” ao seu sexo. Ao homem, o espaço público para a manutenção da casa com atividades que valorizam a inteligência e a força física. À mulher, o espaço privado e profissões ligadas a ele. (Fagundes, 1999, p.1-2)

Nesse contexto, a autora analisa que a progressiva ocupação das mulheres no magistério está relacionada também ao afastamento do homem da função de professor de primeiras letras. E isto se deu por conta dos baixos salários pagos ao magistério e a crescente fiscalização do Estado sobre a docência e a maior necessidade de disponibilidade do professor para o ensino.

Beltrão e Alves, (2004) analisam que no início do Século XX houve um aumento de mulheres no ensino secundário e superior, porém em proporção muito inferior ao homem. No Rio de Janeiro a proporção de mulheres no ensino superior não chegava a 1,5% do total de alunos.

Para Fagundes e Souza (2004), após a Primeira Guerra Mundial há um novo redirecionamento da mão-de-obra feminina industrial e um avanço das mulheres nas carreiras intelectuais e liberais.

[...] Esse avanço não significou alteração importante na condição feminina frente ao trabalho, na sua essência; em nome das disposições diferenciadas entre homens e mulheres, já naquela época os homens eram canalizados para profissões tidas como mais ativas e que exigiam raciocínio objetivo e lógico, deixando para as mulheres o exercício de funções consideradas mais leves, como ser professora, enfermeira e secretária. (FAGUNDES e SOUZA, 2004, p.176).

Assim como nas Escolas Normais onde as mulheres eram preparadas para a docência a fim de atuarem no Ensino Primário, a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras, em 1934, proporciona o Ensino superior com o objetivo de preparar professoras do Ensino secundário. Sendo assim novamente pela docência que a mulher conquista mais um espaço.

Beltrão e Alves (2004, p.5) analisam os fatores que contribuíram para o maior acesso das mulheres ao ensino superior e apontam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 que amplia o princípio de equivalência que estabelece maior articulação entre o ensino profissional e o ensino regular possibilitando assim maior oportunidade de acesso ao ensino superior; o acesso das mulheres aos métodos contraceptivos a partir da década de 1960 que proporciona a liberdade de escolher quando e quantos filhos ela poderia ter. De posse deste controle, a mulher poderia planejar sua vida de forma a priorizar os estudos e o ingresso no mercado de trabalho. Outro fator importante está relacionado à crescente industrialização e urbanização do país que necessitava de mão de obra qualificada e ao mesmo tempo de intelectuais qualificados para atender o desenvolvimento do país.

Para as autoras, no Século XX houve uma reversão no quadro educacional e as mulheres tiveram grandes avanços em anos de escolaridade em relação aos homens. No Brasil houve a busca para eliminar o déficit educacional feminino, mas ainda mantém a falta de equidade em outros campos. As mulheres buscam maior qualificação para melhorar o acesso ao mercado de trabalho. Porém, o mercado ainda dá maior oportunidade aos homens com menos anos de estudos em relação à mulher. Assim, a reversão do hiato entre homens e mulheres não se deu ainda no campo ocupacional e salarial. Para que haja uma equidade de gênero é preciso,

desta forma, que os homens retomem o avanço educacional e as mulheres revertam as desigualdades no mercado de trabalho.

Para Rosemberg, (1994, p. 52-53) os estudos sobre educação e gênero procuram associar o nível de escolaridade correlacionando às condições de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Assim, ao se avaliar o impacto do nível de escolaridade feminina em três dimensões importantes na economia do país, observa que: há uma alta relação entre a melhor escolaridade da mulher e sua participação no mercado de trabalho, mesmo havendo maior escolaridade feminina não se alterou a estrutura de emprego e o salário da mulher não corresponde à sua melhor formação educacional. Vale ressaltar que além da desigualdade salarial, a inserção da mulher no mercado de trabalho ainda se dá tendo como base a sua característica biológica.

Neste sentido, Fagundes e Souza (2004, p.177) analisam que a escola tem papel importante na reprodução da desigualdade de gêneros, quando “modela as mulheres de tal modo que elas fazem a opção ou escolham áreas e cursos feminizados”. Para as autoras, no ensino superior não é diferente. Embora tenha aumentado o número de mulheres em curso como Medicina, Arquitetura, Engenharia e Direito, elas acabam se especializando em áreas “voltadas às que tradicionalmente lhes foi inculcado sobre carreiras mais adequadas à identidade feminina”. Assim, dentro da medicina, as mulheres acabam atuando em áreas como pediatria e ginecologia, e no Direito em áreas como a Vara da Família.

Bruschini (2007, p.548-549), também aponta que em 2005 a presença feminina no ensino superior, supera a presença masculina, embora elas ainda estejam optando para áreas ditas femininas como a educação (81%) e saúde e bem estar social (74%), embora tenha havido uma melhora na procura por cursos em áreas ditas masculinas, como a Engenharia.

No que tange à presença feminina na docência, o Censo de 1980 demonstrava que 87% do corpo docente no Brasil era composto por mulheres. Por outro lado, a grande maioria destas mulheres atuava na educação infantil, enquanto a minoria se encontrava no ensino superior. Significando assim que mesmo quando atua num gueto feminino, o homem alcança os melhores salários e tem maior prestígio social em relação às mulheres. (ROSEMBERG, 1994, p. 57-58)

Neste sentido, Almeida e Soares (2012, p.571-572), ao analisarem a presença feminina na docência do ensino superior brasileiro apontam que a quantidade de docentes em exercício no ano de 2008 apresentava certo equilíbrio na quantidade de professores de acordo com o sexo (em torno de 55% para o sexo masculino e 45% para o feminino). Porém, embora haja certo equilíbrio, a balança pende mais para o sexo masculino mostrando que a presença masculina ainda é maior, o que não acontece na educação básica, onde a presença feminina é maciça (98%).

As autoras chamam a atenção para o fato que, embora tenha havido melhoria numérica na presença feminina na docência do ensino superior, isto não se dá ainda de forma igualitária. As mudanças ocorridas no decorrer do Século XX imprimiram a necessidade de maior especialização das tarefas que passam a serem estratificadas de acordo com a etnia, classe e gênero. Assim, o trabalho das mulheres com pouca instrução e de minorias étnicas era substituído por máquinas; as mulheres brancas e instruídas substituíam os homens nas tarefas especializadas e ditas inferiores para o sexo masculino. Porém, com salários inferiores aos dos homens e com poucas perspectivas de progressão na carreira em comparação aos que os homens costumam ter. Podemos inferir assim que o homem passa a se ocupar de tarefas mais especializadas e “superiores” onde a mulher ainda não tem acesso. E neste contexto está inserida a educação.

No que diz respeito à educação profissional da mulher, esta também começa a ser gestada tendo como base a construção social da inferioridade feminina. Bonato (2008) analisa as escolas de formação profissional para o sexo feminino no início do Século XX e afirma que essas escolas tinham como responsabilidade o ensino profissional e doméstico, tendo como objetivo formar moças para o lar e para o trabalho, porém numa perspectiva de atender à possível necessidade do chefe da casa, o homem. O trabalho feminino fica como uma renda complementar ao orçamento doméstico, porém não considerado como importante.

Os cursos profissionalizantes eram voltados para o Comércio, tinham um grande contingente feminino e se tornaram alternativa para as moças que não queriam cursar as Escolas Normais. Outro curso oferecido era o de educação doméstica, para a formação da mulher como uma boa dona de casa. Na área



industrial, de um modo geral, há um aumento de matrículas de mulheres, contudo, há um direcionamento para áreas como Vestuário e Auxiliar administrativo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2005, p. 25-26) em pesquisas realizadas na África, América Latina e Ásia, foram identificadas as principais barreiras que dificultam o acesso de meninas na educação profissional. Essas barreiras foram divididas em internas e externas. Sendo que nas barreiras externas, foram indicadas causas como: estereótipos que definem papéis e tarefas segregadas por gênero; menor disponibilidade de tempo das mulheres por assumir múltiplas funções; falta de apoio e resistência do grupo familiar e falta de políticas ativas de emprego que incorporem estratégias sobre igualdade de oportunidades, integrando informação, orientação, educação profissional e aptidões de homens e mulheres.

Dentre as barreiras internas estão relacionadas ao conteúdo e metodologia da formação: a falta de pertinência e atualização dos cursos em relação ao mercado de trabalho; poucas mulheres em posições de decisão nas organizações e escolas profissionais; os horários e locais dos cursos nem sempre podem ser conciliados com as obrigações domésticas e familiares das mulheres, gerando também custos de transportes e maior tempo para se deslocarem. Assim, a “discriminação sexista” inculcada nas pessoas como um processo natural, não permite que as pessoas, as escolas e as políticas educacionais consigam perceber a desigualdade de oportunidades entre os gêneros.

A Organização Internacional do Trabalho analisa as novas tendências do ensino profissional feminino.

O processo de reforma dos sistemas de formação, que vem se realizando em vários países, também tem impacto sobre o acesso e a permanência das mulheres na educação profissional. [...] No Brasil, as tendências apontadas passaram a orientar uma vasta agenda de políticas públicas, a partir de meados dos anos 90, entre as quais se destacam: as reformas educacionais, consubstanciadas na nova LDB, orientadora de diversos projetos do Ministério da Educação (MEC), entre os quais o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP); a inserção da educação profissional na Política de Trabalho e Emprego (TEM), concretizada pelo Planfor até 2002 e pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) a partir de 2004. [...] (OIT, 2005 p. 28).

Desde a criação das Escolas de Artífices até os dias atuais, muitos erros e acertos foram cometidos na tentativa de estabelecer uma educação profissional que pudesse diminuir o fosso social e também atendesse a lógica do capital.

Na atualidade, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), promulgado pelo Decreto nº 5.840/2006 (Brasil, 2006), vem, nas palavras do seu Documento Base, como um desafio pedagógico e político para todos aqueles que desejam transformar este país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social; construir um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamentada nos eixos norteadores das políticas de educação profissional do atual governo, entre eles: formação integral do cidadão – que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico sociais – trabalho, ciência e cultura; e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social.

Assim ao se falar em inclusão social, o PROEJA vem como forma de incluir socialmente aquele grupo de jovens e adultos com distorção idade-série que estão à margem do sistema com atributos acentuados em consequência de fatores como etnia, cor e gênero. E é nesse contexto que está a mulher, que durante centenas de anos teve o seu direito à cidadania negada. Deste modo entendemos que o PROEJA pode sim ser um instrumento para a inserção social e para o empoderamento da mulher, que vem se descobrindo como sujeito marginal e ao mesmo tempo capaz de reescrever sua história.

### **A divisão sexual do trabalho**

O trabalho é uma atividade especificamente humana. Só o Homem é capaz de adaptar a natureza a si e modifica-la para garantir a produção da sua vida material, ou seja, a satisfação de suas necessidades. Nesse sentido, a distinção entre Homens e animais só começa a existir “a partir do momento que os homens iniciam a produção de seus modos de vida, que é consequência da sua organização corporal” (MARX, ENGELS, 1984, p.15).

Por outro lado, o animal também intervém na natureza a fim de garantir a sobrevivência. Contudo, este é um ato involuntário, instintivo e não planejado. Ao passo que o trabalho do Homem é uma ação intencional e planejada para atingir um

determinado fim. E ao satisfazer uma necessidade, novas outras vão surgindo e um novo trabalho é realizado para a sua satisfação. E mais uma vez, diferentemente dos animais, o trabalho não está apenas relacionado à satisfação das necessidades do corpo físico, ele toma uma dimensão mais ampla da vida humana, quer seja: a estética, a cultura, as relações sociais... Ao produzir sua existência material o Homem se modifica, adquire novos conhecimentos e habilidades, estabelece novas relações sociais relacionadas com o modo como produz sua existência.

E nessas novas relações, o trabalho passa a ser distribuído entre os Homens de acordo com o conhecimento e habilidade para o desenvolvimento das atividades e conseqüentemente aumentando a eficiência da produção. Inicialmente a divisão do trabalho era um processo natural ao considerar que cada indivíduo tem suas especificidades, experiências, conhecimentos e o melhor desenvolvimento de certas atividades em relação às outras. É no Capitalismo que a divisão técnica do trabalho se aprofunda e proporciona o aumento da produção com o objetivo da obtenção de lucro. Neste sentido Marx e Engels analisam:

[...] A propriedade privada, na medida em que no seio do trabalho se contrapõe ao trabalho, desenvolve-se a partir da necessidade da acumulação, e a princípio ainda tem sempre a forma de comunidade, mas no seu desenvolvimento posterior aproxima-se cada vez mais da forma moderna, da propriedade privada. Pela divisão do trabalho está dada, logo de início, a divisão também das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com ela a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e com ela a fragmentação entre o capital e o trabalho, e as diferentes formas da própria propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também a fragmentação [...] (MARX; ENGELS, 1984, p. 95.)

Se a divisão social do trabalho afetou o modo de vida dos trabalhadores quanto mais foi para as trabalhadoras, que dentro dessas relações sociais era o polo mais fraco. Desta forma, é importante trazer à tona a divisão sexual do trabalho como forma da divisão social do trabalho.

A divisão sexual do trabalho não é um fenômeno novo. Com a instituição da família monogâmica e da propriedade privada, a divisão sexual do trabalho que na era pré-capitalista se dava de forma harmoniosa, passa a ocorrer como forma de opressão, subordinação e desvalorização da mulher. Nesse sentido, Engels analisa:

Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam à custa da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada na qual já podemos estudar a natureza das contradições e antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, p.70-71, 1984)

Para Hirata e Kergoat (2007, p.599-600) a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social, decorrente das relações sociais de sexo, onde homens e mulheres ocupam espaços diferentes. O homem no espaço público como mantenedor da família e a mulher no espaço privado como cuidadora da prole e do lar. Assim, na divisão sexual do trabalho está contida uma forte dimensão de opressão e dominação, não sendo, portanto uma divisão complementar e harmoniosa.

Para as autoras, esta divisão é uma construção histórica e social que conseqüentemente se apresenta de maneiras diferentes na sociedade, e, contem dos dois princípios: a hierarquização, onde o trabalho masculino tem mais valor do que o feminino; e a separação, onde se tem o trabalho próprio do homem e o da mulher. Assim, em consequência do determinismo biológico, as sociedades patriarcais foram sendo firmadas ao longo do tempo e não mudou muito com o capitalismo.

A partir da Revolução Industrial (SEC. XVII e XIX), a introdução das maquinarias e o aumento da produção, determinam uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mas isso não ocorre de forma harmoniosa e igualitária. A mulher passa a integrar o processo produtivo capitalista com precárias condições de trabalho e baixo salário.

Pela via do setor têxtil e pelas maquinarias se dá a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma mais maciça. Por sua característica biológica-hormonal a mulher assumia as atividades que exigiam menor força física, maior paciência, destreza e capacidade de suportar a rotina. Nesse sentido, Perrot analisa

a relação da mulher com a máquina, como sendo uma união perfeita e muito bem utilizada pelo capitalismo.

[...] o discurso sobre a máquina é também um discurso sobre a natureza feminina. Frágil, a mulher não pode tratar diretamente com os materiais duros que requerem o esforço viril... Incapaz de invenção, ela convém às tarefas parciais, repetitivas, originárias de uma divisão do trabalho que a máquina aumenta... Passiva, a mulher tem a necessidade de receber ordens, servir à máquina, obedecê-la corresponde a seu temperamento [...] (PERROT, 2005, p. 225-226).

Ainda de acordo com a autora, se no Século XVIII a máquina do setor têxtil foi o esteio da saída da mulher do espaço privado, no século XIX com a mudança da mecanização deste setor e o desaparecimento das fiandeiras de roda, ressurgiu o poder masculino. “A partir do momento em que uma máquina é considerada complexa (e esta complexidade seria apreciada), os homens conservam o seu domínio” (Idem, p.228). Assim, inferimos que a saída da mulher do espaço privado não foi ainda, a base da sua libertação. Nas fábricas ainda eram e são reproduzidas as divisões dos papéis de homens e mulheres. Aos homens os postos de comando, de maior conhecimento técnico e os instrumentos complicados. Às mulheres as tarefas auxiliares, assistentes e não especializadas.

Nesse sentido, vale à pena lembrar os princípios da divisão sexual do trabalho citado por Hirata e Kergoat (2007, p.599): a separação do trabalho de homem e trabalho de mulher; e a hierarquização que determina maior valor ao trabalho masculino e menor valor ao trabalho feminino.

Neste sentido, Bruschini (2007, p.552-553) celebra a presença feminina em áreas profissionais de maior prestígio como a Medicina, Arquitetura, Advocacia e Engenharia, que sempre foram ocupadas majoritariamente por homens. A autora chama a atenção para a taxa de ocupação das mulheres nestas áreas no ano de 2004. Na Engenharia a ocupação de postos de trabalho atingiu 14%; Arquitetura atingiu 54% (já se falando em feminização da área); Medicina 43% e na área jurídica, mais de 40% da categoria é formada por mulheres. Porém, a autora é muito lúcida ao trazer que em contrapartida, mesmo com os avanços, a mulher que atua nessas áreas, ainda tem jornada de trabalho superior aos homens, exceto na Engenharia, e os salários ainda são diferentes entre os sexos, sendo é claro, a mulher a que tem o salário inferior. No caso de juízes e procuradores, os rendimentos salariais mantêm um certo equilíbrio, quando se compara os sexos.

Percebemos assim, que a divisão sexual do trabalho e a divisão dos papéis sociais não nascem com o capitalismo, no entanto é nele que se intensificam e transparece a exclusão feminina. Através do capitalismo a subordinação e submissão feminina vividas no espaço familiar ganham o espaço público nas fábricas, indústrias, comércios, bancos, hospitais, sob a face da feminização do trabalho, dos baixos salários, dos trabalhos pouco complexos e do assédio sexual.

Em vários setores a mulher começa a ocupar os espaços e em muitos, a sua presença é quase unânime levando aos verdadeiros guetos femininos. Segnini (1998, p.67), ao analisar a presença das mulheres no trabalho bancário, aponta a divisão do trabalho marcada pela divisão social do gênero. Desta forma, a autora nos trás o panorama no Brasil do início do Século XIX na qual os homens ocupavam das tarefas consideradas de maior responsabilidade, como atender os clientes e conferência do saldo e assinaturas. As mulheres ocupavam das tarefas mais simples como os registros nas máquinas contábeis.

Perrot (2005, p. 246) também faz essa análise e aponta que no início do Século XIX, como outrora, é através das máquinas (agora de escrever e calcular) que se dá a entrada da mulher nos escritórios dos correios, bancos e comércios. E novamente à mulher são delegados os cargos de menor escalão e aos homens os postos de comando. Neste sentido, as “profissões de mulheres” estão relacionadas com as atividades desenvolvidas no espaço privado, ou seja, no seio da família. As referidas profissões tornam-se um prolongamento do dom natural da mulher dos cuidados com o lar e com a maternagem. [...] “O modelo de mulher que auxilia, cuja dominação quase biológica, no mundo rural foi descrito por Yvonne Verdier, mulher que cuida e consola realiza-se nas profissões de enfermeira, de assistente social ou de professora primária... Enfim, estas profissões colocam em ação as qualidades inatas, físicas e morais” [...] (IDEM, p.252).

É assim, pelas suas qualidades físicas naturais, que lhe conferem agilidade, flexibilidade, destreza e pelas suas qualidades morais de docilidade, passividade que o capitalismo se apropria desta “qualidade feminina”, socialmente construída, tornando a mulher uma profissional conveniente ao sistema de produção.

Antunes (2002, p.105-106), ao analisar a crescente presença do trabalho feminino, nos lembra que embora tenha havido um aumento de mulheres no mercado de trabalho isso vai num sentido inverso no que concerne aos salários e as condições de trabalho e direitos trabalhistas. Sendo que as mulheres ainda

desempenham aquelas funções que demandam menor qualificação e fundadas em trabalho intensivo (mais rotinizados), enquanto os homens executam as atividades que requerem maior conhecimento técnico. Nesse sentido, o autor se refere a uma “nova divisão sexual do trabalho”, onde às mulheres cabe o trabalho precarizado, em regime *part time*, informal, com longas jornadas de trabalho e desnível salarial em relação aos homens.

Nogueira (2008, p.1), ao avaliar a flexibilização e a reestruturação produtiva aponta o grande aumento da força de trabalho feminino em diversos países capitalistas. Entretanto, a autora argumenta:

[...] a atual lógica da reestruturação produtiva do capitalismo, nos apresenta diversos atrativos para o emprego das mulheres. Nesta nova era da globalização da economia, podemos citar como exemplo o trabalho terceirizado e a possibilidade de se realizar as tarefas em casa, realizando-se o trabalho produtivo doméstico, o que certamente beneficia bastante os empresários, que não têm a necessidade de pagar os benefícios e os direitos de trabalhadores e trabalhadoras [...] (NOGUEIRA, 2008, p.1).

Para Hirata (2007, p.600), a divisão sexual do trabalho tem a capacidade de adquirir novas formas, conferindo-lhe novas configurações. Assim, a autora analisa o desenvolvimento de empregos caracterizados pela flexibilidade e “nomadismos sexuais” tanto para homens quanto para as mulheres. Às mulheres o nomadismo no tempo, onde há a “exploração do trabalho em tempo parcial associado, geralmente a períodos de trabalhos dispostos no dia e na semana”. Onde concluímos que a mulher acaba assumindo os trabalhos terceirizados e muitas vezes realizados no âmbito familiar, ou seja, no espaço privado. Ao homem o nomadismo no espaço, onde desenvolve as atividades provisórias, normalmente nos grandes canteiros de obra, havendo um grande deslocamento de profissionais.

A autora aponta ainda a priorização do trabalho feminino, onde houve um aumento considerável de mulheres atuando em áreas executivas, onde há a necessidade do trabalho em tempo integral, o que leva algumas mulheres a investir e priorizar mais a carreira. Em decorrência disso há a necessidade dessas mulheres “externizar seu trabalho doméstico”, recorrendo assim às mulheres em situação precária para executarem o trabalho doméstico. Desta forma a divisão sexual do trabalho alimenta novas divisões do trabalho e novas relações de classes entre as mulheres.

## Considerações finais

A sociedade ainda é patriarcal e está marcada pela naturalização das diferenças sexuais, que vão além das diferenças entre o sexo masculino e feminino e se transformam em desigualdades, onde o polo socialmente mais forte subjuga e discrimina o mais fraco. Foram muitas as conquistas femininas em vários campos sociais, mas isto não significa que a discriminação seja coisa do passado. É preciso retirar o véu que impede de ver o pano de fundo que ainda encobre as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Ao longo dos anos mulher teve maior acesso e permanência no sistema educacional o que lhe garante maiores anos de estudo em relação ao homem. Contudo, como se evidenciou neste estudo, a discriminação ainda persiste. Uma discriminação traduzida em baixos salários principalmente quando se compara com homens que atuam na mesma área que as mulheres e ocupam o mesmo cargo. Acesso restrito às áreas ditas masculinas e aos cargos importantes mesmo em profissões que fazem parte do “gueto feminino”, como o caso da docência, deixando claro assim a persistência da divisão sexual do trabalho. As desigualdades de gênero que ainda são reforçadas nos bancos escolares precisam ser revertidas também a partir da escola, com uma formação mais igualitária e ao mesmo tempo possibilitando que cada um desenvolva a alteridade, ou seja, a capacidade de ver o outro em sua plenitude.

A mulher busca o empoderamento para reescrever sua história. Busca novas experiências, melhores empregos que lhe proporcione qualidade de vida e satisfação, reconhecimento, valorização e inserção social. Cabe ao Estado, garantir através de leis, o direito de a mulher ser Mulher, com todas suas diferenças em relação ao homem e com toda a igualdade de ser humano. É preciso fomentar a sociedade para a discussão sobre as desigualdades de gênero e ao mesmo tempo propor ações afirmativas nos vários campos sociais que garantem maior igualdade.



## Referências

ALMEIDA, Jane Soares; SOARES, Marisa. Mudaram os tempos; Mudaram as mulheres? Memórias de professoras do ensino superior. **Avaliação (Campinas), Sorocaba**, SP, v.17, n.2, p.557-580, jul.2012. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/scielo>>. Acesso em 03 jan. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002. 264p.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, Eustáquio Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação Brasileira no Século XX**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu. Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao>. Acesso em 23/12/2012

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: **A escola profissional Paulo de Frontin (1919)**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/>>. Acesso em: 03/01/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: **Trabalho feminino no final do século XX**. Cadernos pagu (17/18) 2001/02: p.157-196. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>. Acesso em 28/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de pesquisa, v. 377, n.132, p.537-572, set/dez.2007. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 26/12/2012.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é o capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 117p.

COLAO, Magda Maria. O modo de produção: **Categoria do Materialismo Histórico**. Revista Movimento. v.12,n.2, p.143-169, maio/agosto,2006. Porto Alegre.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, propriedade privada e do Estado. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 215p.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **A mulher como profissional de educação** – alguns aspectos de sua trajetória de formação. Revista entreideias: Educação, cultura e sociedade, n.3, 1999. Disponível em <<http://www.entreideias.ufba.br>>. Acesso em: 26/12/2012

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima. **Acesso à educação e à produção de saberes** – direitos da mulher. Bahia análise & dados Salvador, v. 14, n. 1, p. 173-183, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/.../bahia\\_analise/analise\\_dados/pdf/direitos\\_humanos/15\\_angela\\_maria\\_terezacristina](http://www.sei.ba.gov.br/.../bahia_analise/analise_dados/pdf/direitos_humanos/15_angela_maria_terezacristina)>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v.37, n.132, set/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 26/12/2012.

LOBATO, Vivian da Silva. **Revisitando a educação na Grécia antiga: a Paidéia**. 2001.39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém. Pará

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. **Teses de Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984. 119p.

\_\_\_\_\_. O capital. **Livro 2: O processo de circulação do capital**. v.III .São Paulo: DIFEL, 1983. 579p.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mercado de trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004. 112p.

Organização Internacional do Trabalho. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: **guia para o leitor**. Módulo 07. Brasília: OIT, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**; tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520 p.

PESSIS, A.M; MARTIN, G. Das origens da desigualdade. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely (orgs). **Marcadas a ferro**. Violência contra a mulher. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria especial das políticas para as mulheres, 2005. 260p.

ROZEMBERG, Fúlvia. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In:SAFFIOTI, H. I. B; VARGAS, M. M. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. 283p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987. 120p.

\_\_\_\_\_. A mulher na sociedade de classe: **mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. 383p.

SEGNINI, Lilian Rolfsen Petrilli. **Mulheres no trabalho bancário**: Divisão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo, EDUP, 1998.216p.

## **ABSTRACT**

How the man produces a satisfaction of your needs, reflected in their social existence. So, taking as a base the capitalist mode of production, with this study examine education and women's work in this system, which appropriated and appropriates the condition of women to achieve their ends. In this way, it is clear that the level of education of women has improved over time, but the gap of inequality between men and women is still very great. Being that the construction and maintenance of female inferiority starts in school and are reproduced in the world of work determining so low wages and occupation of positions is still lower than in relation to training and experience.

**Keywords:** Discrimination; Genus; Education; Work.

*Recebido em 13/09/2012*

*Aprovado em 19/11/2012*